



Engenharia Unida: valorizar a profissão e enfrentar a crise

Beatriz Arruda



Em meio à turbulência política e às dificuldades econômicas que o País atravessa, representantes da área tecnológica optam por agenda coletiva e positiva. Movimento lançado em março em São Paulo ganha adesões e propõe saídas em prol do desenvolvimento. *Páginas 4 e 5*

Cidades

A importante participação da FNE no processo das conferências

Página 3

Entrevista

Manutenção de empregos e direitos será tônica das negociações em 2016

Página 7

Engenharia Unida pelo Brasil

Nesta edição, **Engenheiro** traz como matéria de capa o prosseguimento do movimento Engenharia Unida, que propõe a articulação organizada dos profissionais do setor tecnológico em defesa do desenvolvimento nacional. Após ser lançada em 28 de março em São Paulo, a iniciativa foi objeto de uma plenária no dia seguinte e vem sendo discutida em todo o Brasil.

Ainda na pauta, a importante participação dos engenheiros no processo da conferência das cidades. Neste ano, ocorrem as etapas municipais e estaduais que elegerão delegados ao encontro nacional agendado para junho de 2017.

Em entrevista, o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, fala sobre as perspectivas da luta dos trabalhadores no contexto da crise política e recessão econômica. A ordem é preservar empregos e direitos.

Em C&T, duas ameaças aos usuários da internet. A primeira são as mudanças no Marco Civil da Internet (MCI) sugeridas pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre crimes cibernéticos. Conforme especialistas e representantes da sociedade, a pretexto de combater delitos, pode-se ferir regras valiosas como a liberdade de expressão e a neutralidade da rede. A segunda é a proposta feita pelas operadoras de limitar o tráfego de dados na internet fixa de banda larga.

E mais as iniciativas e atividades dos Senges em todo o Brasil.

Boa leitura.

Arregaçar as mangas, unir forças e superar os desafios

Em tempos de crise

Jean Saliba

ACABO DE ASSUMIR a Presidência do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul (Senge-MS). Isso se dá em meio a uma crise política e institucional jamais vista nos últimos 50 anos. Seu reflexo abala a todos os setores: o País para, a economia se retrai e nos vemos colocados à margem do bloco das potências mundiais, entre as quais tínhamos a expectativa de nos incluirmos em passado recente.

Na turbulência da crise, o setor de infraestrutura é o que primeiro sofre com redução de investimentos. Obra paralisada, engenheiros demitidos. A preocupante situação atual segue-se após um período virtuoso em que a retomada de projetos, inclusive os que antecederam a Copa do Mundo, alavancou a economia e trouxe oportunidades aos engenheiros. Essa dinâmica incentivou milhares de jovens a optarem pela nossa profissão, que passou a figurar entre as mais procuradas nos vestibulares. Viveríamos hoje o fim dessa euforia? Essa é

uma reflexão que partilho com os colegas. Estamos pagando o preço pela nossa própria escolha, afinal somos um país de hostes democráticas, onde cada qual tem o livre arbítrio de escolher, pelo voto, os nossos governantes. E a crise a que me refiro não conhece fronteiras dentro do nosso país. Assim, também atinge o pequeno e querido torrão chamado Mato Grosso do Sul, tantas vezes confundido com nosso vizinho e não menos querido Mato Grosso. Juntos, esses dois estados respondem por mais da metade de toda a produção de alimentos servida à mesa do brasileiro e também à de diversos outros povos, contribuindo sobremaneira para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Nesse contexto, está o Senge-MS, com novos dirigentes, consolidando as experiências exitosas daqueles que contribuíram com o seu trabalho até aqui e em busca de novos horizontes. No atual cenário, presidir uma entidade cujos profissionais associados e representados são diretamente ligados à área da infraestrutura

exige mudança de paradigma na atuação sindical, nas negociações, na busca da proteção dos colegas trabalhadores. A luta incessante por salários mais dignos, pelas oportunidades de aperfeiçoamento profissional, pela educação e aprendizado continuado, por melhores condições de trabalho, por assistência social e jurídica aos nossos associados, dentre outras, compõe as nossas metas nesse início de gestão. Trabalharemos também para aumentar significativamente

No pauta do sindicato está a luta por salários mais dignos, melhores condições de trabalho e oportunidades de constante aperfeiçoamento profissional.

te nosso número de associados e aprimorar a nossa estrutura de atendimento, inclusive conquistando uma sede própria. Somos poucos, mas aguerridos, e vamos arregaçar as mangas e demonstrar nossa capacidade de luta e organização. No que tange à nossa vinculação à FNE, queremos colaborar com a busca dos seus objetivos, auxiliando no exercício de rodar a engrenagem que tão bem representa a tecnologia. No nosso Pantanal, existe um adágio que diz: “capivara que anda sozinha vira comida de onça”. Nós do Senge-MS acreditamos na força da união, do trabalho em grupo, da reciprocidade, da confiança e, acima de tudo, da transparência de objetivos. Engenharia Unida se constrói em conjunto e juntos somos mais!

MARINGONI



Jean Saliba é presidente do Senge Mato Grosso do Sul



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odineá M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro, Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Cô, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauem, Lincoln Silva Américo, Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 - CEP 70392-901 - Brasília - DF - **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** maio de 2016. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Categoria precisa se engajar na busca de qualidade de vida à população

Engenharia na conferência das cidades

Rosângela Ribeiro Gil

O Brasil tem hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5.570 municípios e uma população de mais de 190 milhões de habitantes: desses, mais de 160 milhões moram no perímetro urbano e pouco mais de 29 milhões ainda estão nas áreas rurais. É a qualidade de vida de mais de 80% de brasileiros, portanto, que estará em debate na sexta edição da Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada de 5 a 9 de junho de 2017, cujo tema é “Função social da cidade e da propriedade”. A expectativa do Ministério das Cidades, em resposta ao jornal **Engenheiro**, é que 2.500 delegados participem da atividade. O representante da FNE junto ao Conselho das Cidades (ConCidades), órgão ligado ao Ministério e que convoca a conferência, o diretor do Seesp Alberto Pereira Luz, endossa a magnitude da atividade e a relevância de a categoria se engajar nesse processo. “É urgente termos locais adequados para viver com qualidade, principalmente quando vemos o País se tornar cada vez mais urbano. Por isso, conclamo os engenheiros a participarem de todas as etapas desse processo.” Confira as fases e prazos em <http://goo.gl/MjqRnT>.

O tema da conferência, explica a assessoria de comunicação do Ministério, expressa “a importância do interesse coletivo e denuncia a apropriação privada do espaço público”, e o lema “Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas” proclama o caráter igualitário e equânime das localidades. Segundo Pereira Luz, a engenharia tem muito a contribuir, e com qualidade técnica, nessa discussão. “Temos uma condição especial de participação, pois todos esses tópicos fazem parte do dia a dia da nossa profissão, principalmente porque trabalhamos sempre com o planejamento.” A posição é reforçada pelo Ministério, para quem a falta de planejamento é um problema essencial, comum à maioria das cidades e gerador de grandes distorções, assim



Alberto Pereira Luz: “Temos um compromisso total com o desenvolvimento urbano.”

como a ausência de capacitação técnica para a gestão urbana.

Como aponta o comunicado do Ministério, a discussão é complexa, porque o Brasil é um país continental com municípios de características diversas, seja no porte, nível de desenvolvimento econômico e social e nas características regionais de suas cidades, “o que inviabiliza uma delimitação definitiva das prioridades da política urbana”. Tal desafio é ressaltado pelo coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da FNE, Carlos Monte: “Neste ano, o projeto da federação volta-se às cidades brasileiras. É uma missão árdua sintetizar as questões peculiares urbanas.”

Segundo o órgão governamental, a realização da função social da cidade e da propriedade no contexto urbano é a

fonte para o exercício pleno, por todos os habitantes, “do direito à cidade – o direito a terra e à moradia urbanizadas, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer”.

Pereira Luz reforça que a conferência tem a preocupação de mostrar e discutir todos os aspectos importantes de uma cidade. “Esse espaço compreende a pessoa em suas várias atuações e dimensões. Ela pode ser o pedestre, o ciclista, o usuário do transporte coletivo ou do carro particular.” O dirigente também propõe distinguir os conceitos de moradia e habitação. O primeiro, esclarece, é propriamente a construção física de um imóvel, já o segundo abrange, além do lugar para morar, o trabalho, o lazer, a saúde, a educação, o transporte, a convivência. “Ou seja, habitação é por qualidade na casa, por isso

se conecta ao tema central da conferência que trata do uso e ocupação do solo.”

Para Pereira Luz, é necessário que os engenheiros se engajem com afinco nas etapas municipais e estaduais da sexta conferência. “Temos duas preocupações: a técnica e a de representatividade. Para estarmos lá, precisamos ser eleitos nas fases anteriores à atividade nacional.”

O Ministério das Cidades acredita que, para a etapa estadual, serão realizadas conferências em todos os estados da União, além do Distrito Federal. Quanto às municipais, o órgão governamental informa que não trabalha com nenhuma meta numérica, mas espera a realização desses eventos em todas as capitais e nos municípios mais populosos.

Compromisso social

O representante da FNE observa que hoje a cidade não é uma opção, mas uma consequência. “As pessoas falam que querem morar no interior, mas onde? Nas cidades. Ou seja, não tem mais o caminho de volta, esse interior já é urbano, eu tenho de me preocupar com todas as questões que permeiam a localidade de porte médio e grande.” E salienta: “Precisamos evitar que as cidades médias venham a ter os mesmos problemas que São Paulo e Rio de Janeiro.”

Pereira Luz observa que ainda hoje boa parte dos profissionais da área é formada em escolas públicas, bancadas pela sociedade, pelos impostos. “Portanto, se o desenvolvimento urbano é feito em cima de engenharia, temos um compromisso total com ele.”

Evolução da participação nas Conferências Nacionais das Cidades

| | 2003 - 1ª Conferência | 2005 - 2ª Conferência | 2007 - 3ª Conferência | 2010 - 4ª Conferência | 2013 - 5ª Conferência |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Municipais | 1.430 | 869 | 1.554 | 2.248 | 2.800 |
| Regionais | 150 | 243 | 150 | 34 | - |
| Total de municípios | 3.457 | 3.120 | 3.277 | 2.282 | 2.800 |
| Estaduais | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 |
| Nacional (nº de delegados) | 2.095 | 1.820 | 2.040 | 2.047 | 2.500 |

Fonte: Ministério das Cidades

Com ampla adesão, Engenharia Unida se consolida como alternativa à construção de saídas para superação da crise no País. Propostas da iniciativa incluem valorização da profissão

Primeiros passos rumo à retomada do crescimento nacional

Soraya Misleh

Sob a premissa de formar massa crítica para que a categoria contribua à superação da crise e retomada do crescimento e desenvolvimento do Brasil – e, com isso, ocupe seu lugar como protagonista nesse processo –, o movimento Engenharia Unida se consolida e inicia sua caminhada rumo a seus objetivos. A iniciativa foi lançada pela FNE na posse de sua diretoria para a gestão 2016-2019, em 28 de março último, em São Paulo (confira em **Engenheiro 167**). Ganha adesão, entre outros, dos conselhos profissionais (Confea-Creas), de associações de engenheiros, instituições acadêmicas, Senges (inclusive de fora da base da federação), entidades patronais e o apoio de diversos parlamentares e políticos em geral.

Lançada em São Paulo, em março último, coalizão de lideranças do setor tecnológico avança na defesa do desenvolvimento.

Conforme apresentado pelo presidente da FNE, Murilo Pinheiro, em reunião plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea-SC) no dia 8 de abril, em Florianópolis, além de reunir o conjunto das lideranças e entidades representativas da categoria, entre as finalidades do movimento estão discutir, elaborar propostas, valorizar a profissão, destacar a engenharia nacional para o crescimento e desenvolvimento, bem como inseri-la e a toda a área tecnológica nos fóruns públicos e privados onde haja debates de projetos de seu interesse. Além disso, disseminar o movimento e divulgar amplamente suas ações. “Temos que dar voz aos engenheiros e nos mobilizar em prol de um projeto de nação”, afirmou Pinheiro no ensejo. Nesse sentido, ele ressaltou que o movimento Engenharia Unida deve ser uma bandeira

levantada por todos os profissionais. Citou a necessidade de organizar uma plataforma digital de comunicação; promover encontros e debates entre as lideranças em todo o País; e instigar o envolvimento e a participação dos profissionais nas eleições de 2016. “Devemos não apenas ser críticos, mas participar dos processos políticos com propostas concretas para melhorar o País”, defendeu. O presidente do Crea-SC, Carlos Alberto Kita Xavier, complementou: “Estarmos unidos pelo crescimento do Brasil é construirmos juntos uma nação. E onde há a marca da engenharia, há a marca da responsabilidade, nesse caso pela construção de um país melhor.”

A Engenharia Unida foi lembrada também durante o lançamento oficial da 73ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea), no dia 11 de abril, em Curitiba (PR), que contou com a presença de dirigentes da federação, incluindo seu presidente, Pinheiro. O evento ocorrerá no segundo semestre deste ano e terá como tema “A engenharia a favor do Brasil – mudanças e oportunidades”. Durante a solenidade, o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia



Reunião na capital paulista demonstra acerto do movimento Engenharia Unida, que se consolida e ganha adesões.

(Confea), José Tadeu da Silva, ressaltou: “A Soea é o momento para que apresentemos à nação uma solução de retomada do crescimento. Para o Brasil sair dessa situação, é imperioso que estejamos unidos – entidades de classe, instituições de ensino, profissionais e empresas.”

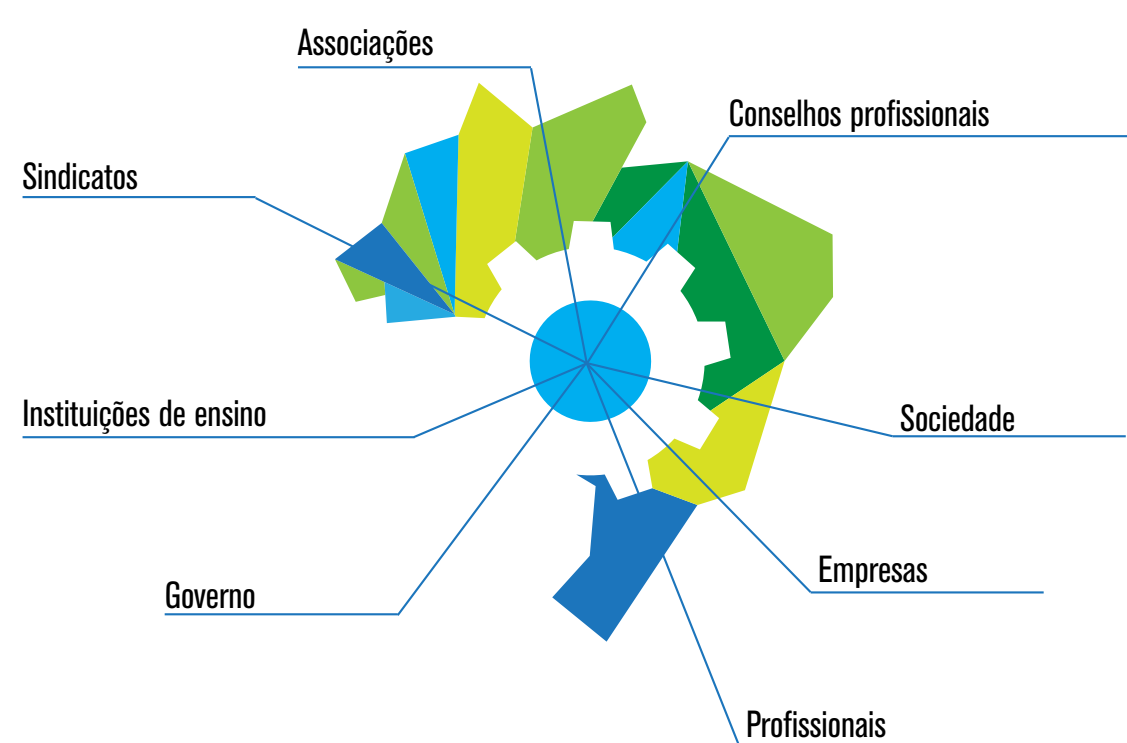
Inicia-se, dessa maneira, a apresentação e difusão do movimento de Norte a Sul do País. Caminhada que ganha força com atividades que integram a construção da etapa atual do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, sob o tema “Cidades”, também iniciativa da FNE. Uma delas será o Fórum de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável – Cresce Acre, Cresce Rio Branco, Cresce Brasil. Promovido pelo Senge local e federação, acontecerá no Teatro da Universidade Federal do Acre, em Rio Branco, entre 14 e 16 de junho próximo.

Agenda positiva

O acerto do chamado feito pela FNE foi apontado em reunião com a presença de diversas lideranças em 29 de março, dia seguinte ao lançamento do movimento. Entre os participantes do encontro,

vinte dos 27 presidentes do Crea, representantes de associações e de Senges de fora da base da federação, como do Paraná e Minas Gerais, além do presidente da Regional São Paulo do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Carlos Roberto Soares Mingione.

Diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, saudou a iniciativa como a possibilidade de construção de uma agenda positiva ao Brasil, na contramão do que tem se verificado com as crises política e econômica. “As agendas de modo geral são destrutivas. Estamos vivendo um momento de desregulamentação de direitos e da economia e regulamentação de restrições. Quando vemos uma entidade atuando de forma suprapartidária propondo soluções, ajudando na busca de alternativas para transformar esse quadro, é muito importante.” Ele continuou: “Essa atuação da Engenharia Unida, certamente, uma vez



sistemizadas as iniciativas, conectará as oportunidades que brevemente se abrirão no País. Vai contribuir para a formação da nova agenda da política pública, que passará necessariamente pela reconstrução nacional.” Ainda para Toninho, é preciso aproveitar esse esforço para pautar os governantes e empreendedores rumo a ações à superação da crise. Na sua concepção, a recomposição é possível com contribuições factíveis, vontade política e soluções viáveis. “É o que se propõe a Engenharia Unida.” Coordenador do “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Carlos Monte frisou que o movimento “vai reforçar ainda mais as ideias que a FNE e a categoria vão desenvolver em relação ao futuro”. Ele foi categórico: “Sem engenharia, não haverá crescimento, desenvolvimento e retomada do emprego.”

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da federação, selou a importância da iniciativa: “O Brasil atravessa hoje uma grave crise e tem feito falta a posição afirmada do conjunto dos engenheiros,

a categoria que detém a capacidade de enfrentar os problemas centrais da economia, da sociedade. Quero dar o exemplo a vocês. O Acre é ponto fora da curva nas epidemias de chikungunya, zika vírus e dengue não pela medicina, mas pelo trabalho persistente de engenharia, com saneamento urbano, construção de infraestrutura correta de residências, planejamento de coleta de lixo. Desse ponto de vista, o movimento e sistema dos engenheiros hoje, por sua pouca expressão no encaminhamento da solução à crise, é o mais grave fenômeno que devemos enfrentar. E essas reuniões demonstram que podemos enfrentar.”

Nesse contexto, Vargas Netto abordou a Engenharia Unida, como somatório a duas iniciativas importantes que vão na direção da superação da crise: o “Cresce Brasil” e o “Compromisso pelo Desenvolvimento”, este último lançado em 3 de dezembro último pelas entidades sindicais com adesão de parte do setor produtivo empresarial. “Precisamos unir os engenheiros numa perspectiva forte de progresso, de democracia, de avanço, de acolhimento, de bom senso. Os profissionais têm que ser tirados daquele



Vargas Netto: “Os profissionais têm que vir para o mundo do projeto, da equipe, do coletivo, da intervenção pública.”

mundo infeliz do sucesso ou da derrota individual e vir para o mundo do projeto, da equipe, do coletivo, da intervenção pública.” O consultor da FNE complementou: “Precisamos trazer as empresas da área, as quais precisam recuperar sua capacidade de excelência, abandonando de vez a carapuça da corrupção. Precisamos unificar a malha imensa, incomensurável das associações. Precisamos unir o Sistema ao profissional, unir as escolas, os sindicatos. Está maduro, é uma exigência superarmos a divisão orgânica dos nossos sindicatos, sem hegemonismo, sem subordinação, no dia a dia do trabalho correto, ativo, sem partidarismo, sem sectarismo. O projeto Engenharia Unida é de, unificando os engenheiros, reforçar o centro que tem perspectivas.”

Para Carlos Bastos Abraham, vice-presidente da FNE, a Engenharia Unida – a exemplo de movimento do gênero feito no Acre pelo Senge local com apoio da federação que resultou em avanços no estado – é a “única solução para darmos a volta por cima”. Coordenador do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Creas e presidente do Crea-RN, Modesto Ferreira dos Santos Filho concluiu: “Estaremos juntos nesse esforço, para que, com união e trabalho, possamos transpor este momento.” Representante do Núcleo Jovem FNE, Marcellie Dessimoni enfatizou: “A Engenharia Unida pode contar com todo apoio da juventude nacional.”

Entre as propostas para formar massa crítica que componha esse coletivo, a de que se realizem cursos de educação continuada nas diversas organizações sob temas afeitos ao desenvolvimento como “Concessões e PPPs (parcerias público-privadas)” e “MBA em Inovação Competitiva”. É o que apresentou Saulo Krichanã, diretor-geral do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo Seesp com apoio da FNE. Ele evidenciou ainda a demanda por par-



Pinheiro: “Vamos juntos defender as nossas categorias e profissão e, ao fazê-lo, estaremos atuando pelo bem do País.”

cerias para contribuírem com o projeto do sindicato paulista.

Pinheiro concluiu: “Fica clara a disposição de ação coletiva dessas forças que constroem o Brasil. Se são grandes as dificuldades, maior é a capacidade de luta e trabalho de quem acredita que podemos alcançar o País que queremos e que o nosso povo merece. A Engenharia Unida muito contribuirá com o Brasil. Vamos juntos defender as nossas categorias e profissão e, ao fazê-lo, estaremos atuando pelo bem do País. Apresentaremos propostas de saídas a essa crise e nos mobilizaremos para que sejam implementadas. A hora é de agir com coragem, determinação, seriedade e generosidade.”

Leia mais:

Carta de Campo Grande - <http://goo.gl/j9onc3>

Dupla jornada da Engenharia Unida, artigo de Murilo Pinheiro - <http://goo.gl/d2MvhY>

Confira depoimentos no site da FNE: <http://goo.gl/ENqGmn>

MA

Condição da pavimentação asfáltica nas vias públicas

Esse foi o principal tema debatido no seminário “Qualidade de obras e serviços públicos de engenharia e agronomia no estado do Maranhão”, promovido pelo Senge-MA, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea-MA) e Clube de Engenharia do Maranhão. O professor Walter Canales Sant’Ana, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), apresentou um panorama sobre os avanços e desafios acerca da qualidade da pavimentação asfáltica nas vias públicas do estado. Segundo ele, algumas ações devem ser efetivadas para obtenção da melhoria da qualidade das obras de pavimentação no Maranhão, entre elas: elaboração de bons projetos; contratação de empresas capacitadas associando a execução e a manutenção preventiva e corretiva atuantes da via após o término da obra por alguns anos; fiscalização eficiente, exigente e capacitada; gerenciamento adequado da malha rodoviária, respaldado tecnicamente, de modo que se tenha uma situação atualizada de sua funcionalidade; concessão ao setor privado dos trechos de maior tráfego da malha rodoviária; implantação de um sistema de pesagem. E os principais, capacitação do corpo técnico dos diversos setores atuantes nas obras públicas e planejamento orçamentário que garanta a implantação dessas propostas. “Em todas as fases devem existir profissionais qualificados e capacitados para exercer funções que lhes são atribuídas. Improvisação ou ausência de profissionalização são sinônimos de insucesso na execução de uma obra”, assegurou o professor.

RS

Entidade fortalece interiorização



Diego Oliz, diretor de Negociações Coletivas do Senge-RS, na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Dando prosseguimento à mobilização pela valorização dos profissionais que atuam nas administrações municipais, o Senge Rio Grande do Sul e a categoria celebraram conquistas em três prefeituras, fortalecendo o reconhecimento por parte dos gestores e da sociedade quanto à responsabilidade desses quadros técnicos para o desenvolvimento local. No dia 29 de março último, a Câmara Municipal de Esteio aprovou projeto de lei que institui a gratificação de responsabilidade técnica ao quadro de servidores, resultante de mobilização iniciada pelo sindicato em

setembro de 2013. Desde então, ocorreram reuniões para sensibilizar o Executivo sobre a GRT, que já é garantida em diversos municípios através de legislação própria. No dia seguinte (30), outra realização foi obtida pela entidade. A Câmara de Santa Cruz do Sul ratificou projeto de lei complementar para adequar a carga horária dos engenheiros e arquitetos ao piso salarial da categoria, um avanço devido à ação e insistência junto ao Poder Executivo e apoio dos vereadores. Em Pelotas, foi aprovada lei que autoriza o pagamento de parcela completa aos profissionais do quadro técnico municipal, no dia 3 de abril último, devido à atuação da diretora regional Alice Scholl. O Senge buscou o diálogo com o Poder Executivo e adesão das Câmaras de Vereadores, através do desempenho dos diretores de Negociações Coletivas Tadeu Rodriguez e Diego Oliz e da participação dos diretores regionais.

MS

Negociação garante SMP

A diretoria do Senge-MS, empossada em 23 de fevereiro último à gestão 2016/2019, comemora o encerramento da negociação relativa ao salário mínimo profissional, que se arrastava desde julho de 2015. “Conseguimos que a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) assegure o pagamento do SMP a partir de março deste ano, equivalente a 8,5 salários mínimos vigentes. Uma vitória do bom senso e do reconhecimento dos serviços que os engenheiros e a empresa prestam à sociedade”, disse Jean Saliba, presidente do sindicato. Ele informou ainda que entre as novas ações que estão sendo

postas em prática, destaca-se a reforma do Estatuto do Senge, que contemplará maior número de diretorias, dadas as demandas que exigem uma entidade moderna e de vanguarda. Além disso, o *site* do sindicato está sendo reformulado “com o fito de torná-lo mais acessível e com maior utilidade nas buscas de interesse dos profissionais”. Também faz parte do planejamento estratégico “aumentar o número de associados para ampliar nossa representatividade e investir em comunicação, como forma de divulgar e valorizar nossas modalidades profissionais”. Conforme Saliba, “o desafio está lançado, resta-nos ir à luta”.

SC

Senge procura prefeituras que ignoram SMP

O Senge Santa Catarina manifestou aos prefeitos dos municípios de Lauro Muller, Fabricio Kusmin Alves; de Chapecó, Luciano Buligon; e de Orleans, Marco Antônio Bertoncini Cascaes, profundo desapontamento com o tratamento aviltante dado aos engenheiros nessas cidades. Isso ficou explícito nos editais de concurso público das prefeituras, todos com o vencimento básico totalmente incompatível com a dignidade profissional. Em correspondência assinada pelo presidente do Senge, Fábio Ritzmann, e pelo seu vice-presidente e da FNE, Carlos Bastos Abraham, foi enfatizado que os pisos salariais propostos representam um descaso para com a profissão e falta de sensibilidade ante a importância da engenharia para a definição dos destinos das cidades. Além de repudiar as flagrantes discriminações demonstradas por remuneração irrisória, ambos apelaram à sensibilidade dos gestores para que revisem tal postura, reconhecendo a importância da engenharia e dos seus profissionais para as cidades e o desenvolvimento urbano.

GO

Tertuliano é reeleito à gestão 2016/2019

A chapa “Continuar avançando” venceu o processo eleitoral do Senge-GO e Gerson Tertuliano foi reconduzido à Presidência da entidade. Compõem a nova direção, como efetivos, Wanderlino Teixeira de Carvalho, Caio Antônio de Gusmão, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Augusto Lopes dos Santos, João Batista Tibiriçá e Ana Maria de Deus; o Conselho Fiscal, Samantha Junqueira Moreira, Alexandre Vieira Moura e José Luiz Barbosa Araújo; e representando o Senge junto à FNE, Annibal Lacerda Margon e Marcelo Emílio. O pleito ocorreu no dia 30 de março último, na sede do sindicato.



Associada vota na chapa “Continuar avançando”, na sede do Senge-GO.

PI

Engenheiros conquistam PCCS e piso

Foi divulgada no Diário Oficial do Município de Teresina, em 1º de abril, a Lei Complementar nº 4.884/2016 que criou o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos engenheiros e arquitetos da Prefeitura local. O PCCS e outros benefícios salariais foram aprovados pela categoria, após negociação intermediada pelo Senge Piauí em março último. Os profissionais agora possuem o plano próprio e remuneração base acima do piso profissional praticado no setor privado. Engenheiros

e arquitetos ingressarão na Prefeitura com vencimento inicial de R\$ 5.757,68 e final de R\$ 10.360,67. Foi definida ainda a incorporação da gratificação de responsabilidade técnica ao vencimento, com reajuste de 10,71%. Segundo Antonio Florentino de Souza Filho, presidente do sindicato, o plano representa a valorização profissional e favorece a permanência no serviço público. “Isso mostra a força de uma categoria unida em torno de seu sindicato”, afirma.

Para diretor técnico do Dieese, trabalhadores precisam atuar por retomada do crescimento

Hora de preservar empregos e direitos

Jéssica Silva e Fábio Pereira

O balanço das negociações salariais de 2015, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou resultados de reajustes iguais ou abaixo da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste cenário, ao qual se soma a crise polí-

tica, qual a perspectiva para os trabalhadores em 2016? Sobre esse quadro, o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, falou ao **Engenheiro**. Ele acredita na preservação do emprego como agenda essencial e ressalta a importância do documento “Compromisso pelo Desenvolvimento”, assinado por entidades sindicais e representantes do empresariado.

Com o atual cenário político e econômico, que afeta bastante as pautas do mundo do trabalho, o que deve nortear a luta dos trabalhadores?

As restrições econômicas geram severas dificuldades para sustentar e promover direitos, para aumentar salários e preservar empregos. Isso torna a agenda da retomada do crescimento fundamental, e é importante que o trabalhador tenha a preocupação se o seu sindicato está atuando nesse sentido. Frente ao contexto presente, de restrição, as empresas tendem a diminuir os postos de trabalho. E isso tem que ser evitado. O trabalhador deve atuar, com os sindicatos, para a proteção do emprego, que tem efeito de preservar também o mercado interno e parte da nossa dinâmica econômica. Se não há emprego, diminui a capacidade de compra e, conseqüentemente, a receita do Estado, prejudicando ainda mais a economia.

Então a proteção do emprego é um fator importante para o trabalhador, para a empresa e para o próprio governo, sendo esta a luta inicial e prioritária para o momento.

O Dieese obteve resultados de reajustes negativos no ano de 2015, que se igualaram ou ficaram inferiores à variação do INPC/IBGE. Qual a previsão para este ano?

Este ano também será adverso, pois a atividade econômica ainda está se estruturando de forma recessiva, ou seja, vem diminuindo nos primeiros meses. Mesmo assim, creio que qualquer que seja o desfecho dessa crise política, é possível uma maior estabilidade. Evidente que nós temos que lutar para que a saída seja de convergência do ponto de vista de reunir capacidades para uma retomada da atividade governamental orientando o desenvolvimento. Se isso acontecer, poderemos ter um desempenho um pouco melhor no segundo semestre. Em 2015, tínhamos um cenário de inflação alta que resultou em um número menor de aumentos salariais, diminuiu também as negociações que conseguiram repor a inflação e mesmo os que conseguiram algum tipo de aumento, foi de 1%. Para 2016, no entanto, a tendência da inflação é declinante. A condição é melhor para o trabalhador e para as empresas. É preciso equilíbrio nas negociações para superar a adversidade, que será o desemprego. O momento agora é de olhar para a retomada do crescimento, de preservar os empregos e, evidentemente, de preservar o máximo dos direitos, mostrando o quanto tudo isso contribui para o fortale-

cimento do mercado interno. E o fato de ser ano eleitoral pode até ajudar, pois os governos municipais tentam concluir um conjunto de obras e investimentos, além da atividade eleitoral gerar uma demanda no setor de serviços, contribuindo ao mercado de trabalho.

Como os sindicatos podem se preparar para negociar bem em um ano com essas adversidades?

É preciso construir uma estratégia de negociação assentada numa boa leitura da realidade, em um bom entendimento de qual é o anseio da categoria e em uma conjunção desses dois movimentos. E a partir desse debate, trilhar o caminho das campanhas salariais. Um contexto de adversidade exige do sindicato uma capacidade de negociação muito mais sofisticada para combinar, diante das restrições, a preservação do direito que a categoria considera importante e a evolução daqueles que já estavam em negociações anteriores.

Em entrevista recente, o senhor disse que o sindicalismo deve ser proativo. O “Compromisso pelo Desenvolvimento” pode ser considerado um exemplo disso?

Sim, o “Compromisso pelo Desenvolvimento” é um exemplo de proatividade que os sindicatos devem ter. É um documento que se originou da iniciativa do movimento sindical em conjunto com o setor empresarial, visando retomar e sustentar o crescimento. O documento foi apresentado ao governo e surgiram propostas como o programa “Brasil mais Produtivo”, que dá subsídios a 3 mil

indústrias de pequeno e médio porte até o fim de 2017, para que a produtividade dessas aumente em pelo menos 20%. O “Compromisso pelo Desenvolvimento” é uma microexperiência bem-sucedida de que é possível um nível de entendimento entre trabalhadores e empresários e esses, em conjunto, tentem construir com os governantes estratégias para conduzir planos voltados ao crescimento e desenvolvimento do País.

Negociações em 2016 exigirão habilidade por parte dos sindicatos, mas tendência de inflação declinante pode indicar uma melhora para trabalhadores e empresas.

Neste cenário, como fica o trabalho do Dieese?

Intensifica o nosso trabalho para produzirmos diagnósticos fazendo a observação do comportamento da realidade e transformando esse comportamento em números como taxa de desemprego, aumentos salariais, entre outros. Além de fazer uma leitura da realidade, o desafio que é colocado ao Dieese pelo movimento sindical é de atuar, como foi no caso do “Compromisso”, ajudando a elaborar propostas. Gerar desenvolvimento significa fazer com que o crescimento econômico crie bem-estar social, que as pessoas tenham qualidade de vida e equilíbrio ambiental. É para isso que realizamos as pesquisas. Esse é um desafio não somente do Dieese e dos sindicatos, mas de todos os trabalhadores.



Beatriz Arruda

Clemente Ganz Lúcio: “É preciso construir uma estratégia de negociação assentada numa boa leitura da realidade, em um bom entendimento de qual é o anseio da categoria e em uma conjunção desses dois movimentos.”

Medidas propostas por CPI dos crimes cibernéticos afetam usuário comum, não apenas malfeitores

Novas ameaças à liberdade na internet

Deborah Moreira

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Crimes Cibernéticos, apresentado em 30 de março último, recomendou medidas e sete projetos de lei que podem significar ameaças aos usuários da internet, como cercear a liberdade de expressão, quebrar a neutralidade da rede e criar um clima de vigilância indiscriminada. O resultado do trabalho, instalado em agosto de 2015 na Câmara dos Deputados pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), atendeu a requerimento do deputado Sibá Machado (PT/AC).

Embora esteja em vigor desde 2012 a Lei 12.737, apelidada de Lei Carolina Dieckmann, que tipifica infrações como invadir computadores, violar dados de usuários ou “derrubar” sites, o parlamentar apontou a necessidade de se investigar o desvio de recursos de correntistas bancários e o tráfico de pessoas por meio da internet para justificar a CPI. Numa visão oposta a essa, o engenheiro Demi Getschko, diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC-BR), especialista em internet, questiona a própria noção de crime cibernético: “Qual crime só é cometido na internet? A rede é um meio. É verdade que se praticado na internet tem maior potencial de abrangência, mas estelionato continuará sendo estelionato e assim por diante”, pondera.

Entre as medidas propostas no documento estão bloqueio de sites e aplicativos, requisição do endereço de IP sem a neces-



Medidas podem resultar em vigilância indiscriminada, com cerceamento à liberdade de expressão.

sidade de ordem judicial e a tipificação de atos denominados “crimes contra a honra de maneira acintosa”. A comissão também fez recomendações a outros órgãos, como a indicação ao Conselho Nacional de Justiça para criação de varas especializadas com a mesma nomenclatura.

Um dos PLs mais polêmicos, excluído do rol de sugestões após pressão de deputados e dezenas de organizações da sociedade civil, previa a retirada, sem ordem judicial, de conteúdo considerado ofensivo à honra. Se mantida a regra, os provedores teriam que excluir o conteúdo em até 48 horas após serem notificados pelo ofendido; qualquer outro material igual ou semelhante que viesse a ser publicado também deveria ser retirado. “Esse PL impunha um

monitoramento feito por grandes e pequenos provedores que teriam um custo alto, sem contar que estimulava o vigilantismo sobre a rede, o que o Marco Civil da Internet (MCI) proíbe”, afirma a advogada Flávia Lefèvre, da Associação Proteste, referindo-se ao artigo 3º da Lei 12.965/14, que garante a liberdade na internet e proteção da privacidade.

Ela ressalta ainda que tudo o que está sendo apontado pelo relatório já foi amplamente debatido durante o processo de aprovação do Marco Civil e continua em discussão na atual fase de sua regulamentação. “Existe ainda uma consulta pública que acabou de ser encerrada, em que diversas propostas foram apresentadas e o Ministério da Justiça está sistematizando”, explica.

Considerando desnecessária a aprovação de novos projetos de lei ou outras normas para regerar o uso da internet, Lefèvre aponta a indústria do *copyright* (direitos autorais) como grande interessada no resultado da CPI. Segundo ela, a indústria vem tentando interferir no processo desde a votação do MCI, defendendo a possibilidade de bloqueio de acesso a sites estrangeiros que supostamente disponibilizam conteúdo que infringiria direitos autorais.

Getschko, da NIC-BR, também aponta o risco de, a pretexto de se combaterem crimes cibernéticos, colocar-se por terra o esforço feito pela sociedade civil para aprovação do MCI: “Meu medo é que se você começa a rediscutir a lei inteira, esse pessoal (*indústria do copyright*) se aproveitará para alterá-la.”

Previsto para ser votado no plenário da Câmara no final de abril, o relatório da CPI foi questionado também pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), que apontou equívocos em propostas como a de que o IP seja considerado dado cadastral. Em nota, a entidade esclarece que “IP não é um número fixo que possa ser utilizado para identificação de um usuário, mas apenas um número de localização de uma máquina”, que pode ou não pertencer a um eventual criminoso.

Leia a nota do CGI sobre a CPI:
<http://goo.gl/CvOUpc>

Acesso também sob risco

Enquanto a CPI dos crimes cibernéticos traz o fantasma do cerceamento à liberdade, outra ameaça pode deixar usuários sem acesso à internet. Isso porque as operadoras de telefonia podem começar a oferecer pacotes de internet fixa com limite de dados, a exemplo do que é feito na telefonia celular. Em dado momento, a velocidade seria reduzida ou simplesmente o acesso bloqueado. Após diversos protestos contra a medida, anunciada

inicialmente pela Vivo/GVT, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou a suspensão da medida por tempo indeterminado.

Demi Getschko, diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC-BR), explica o equívoco na proposta das operadoras: “O modelo da internet fixa é baseado em velocidade, em que você adquire uma banda passante, uma bitola de cano, por onde trafegam os dados

que você quiser. No celular, tem uma estrutura invertida, é a telefonia que carrega a internet. Ai é natural usar as franquias sob a alegação de que não é possível garantir a velocidade porque a estrutura pode estar congestionada. Então, na telefonia móvel se vende quantidade, onde você compra três baldes de bytes ao invés de um cano de meia polegada.” Ele também rebate o argumento econômico das operadoras de telefonia, lembrando que o atual

modelo brasileiro também é adotado em outros países. E compara a outras situações de consumo em que não se sabe se o serviço ou produto será mais ou menos usado, como rodízios em restaurantes, carros alugados e planos de saúde.

A Associação Proteste tem um abaixo-assinado para derrubar essa medida: Confira em <http://goo.gl/ciV77f>